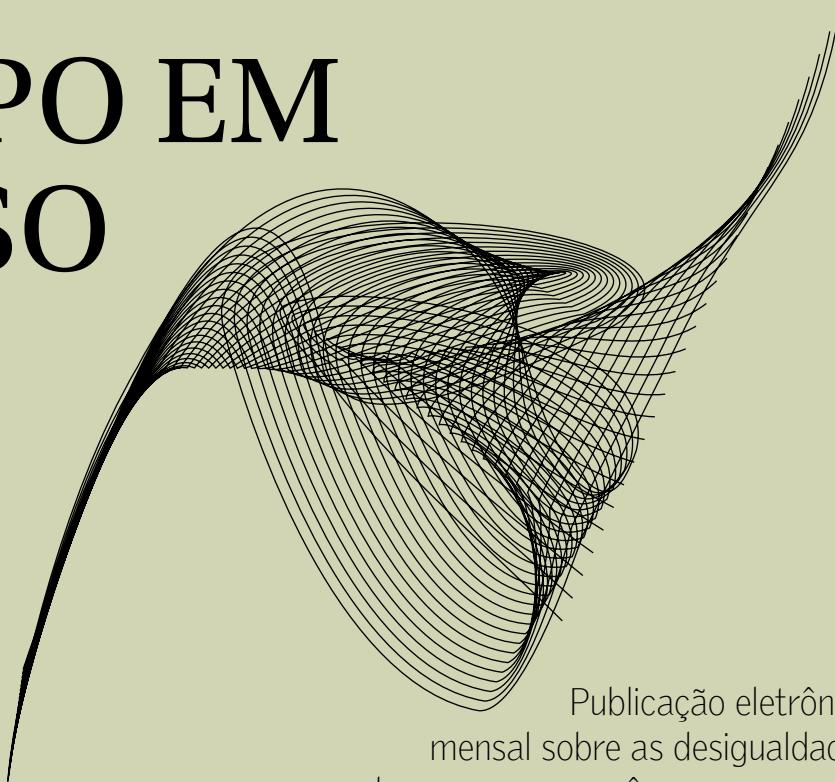


TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica
mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado
de trabalho metropolitano brasileiro
Ano II; Vol. 2; nº 5, Maio, 2010

(Indicadores de desemprego e de subocupação)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Reflexões gerais sobre a conjuntura econômica recente
3. Rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Evolução da taxa de desemprego
5. Composição do desemprego segundo tempo de duração
6. Indicadores de subocupação

1. Apresentação

Com o presente número, o **LAESER** dá continuidade ao boletim eletrônico “Tempo em Curso”. Os indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo LAESER no “Banco de dados Tempo em Curso”.

Cada edição desta publicação tem um comentário geral sobre a conjuntura econômica recente e a atualização dos indicadores de rendimento habitual médio do trabalho principal e do desemprego. A cada número, o Tempo em Curso também reflete sobre um tema diferenciado, tal como segue abaixo:

- Mês 1 – Posição na Ocupação e Ramo de Atividade Econômica
- Mês 2 – Rendimentos do trabalho
- Mês 3 – Evolução da ocupação e do desemprego

Portanto, neste presente número da publicação “Tempo em Curso”, o tema central será o da ocupação, com ênfase no desemprego e subocupação. Vale salientar que os indicadores que serão comentados são referentes ao mês de março de 2010, os últimos disponibilizados pelo IBGE no mês de maio.

2. Reflexões gerais sobre a conjuntura econômica recente

Quando se estudam os indicadores econômicos recentes, verifica-se que o mês de maio de 2010 foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica na União Européia. Esta crise colocou em cena a dúvida da continuidade do Euro enquanto unidade monetária comum dos países daquele bloco.

A crise econômica europeia atual foi, em grande medida, impulsionada pelos esforços fiscais dos vários

países que formam a União Européia em conter a crise econômica que vinha se prolongando desde 2008. Assim, o conjunto de países daquele bloco acelerou os gastos públicos evitando que, naquele momento, a crise econômica se agravasse.

Todavia, na medida em que participam de uma unidade monetária comum, aqueles países apresentam dificuldades de ajustar suas economias através dos mecanismos usuais, seja através do câmbio (desvalorizar a moeda para aumentar sua competitividade no mercado internacional), ou da taxa de juros (que é determinada pelo Banco Central Europeu, impedindo que cada país ajuste suas taxas de acordo com as necessidades de estímulo à economia diante de um contexto de crise). No caso da Alemanha, país economicamente mais forte do Bloco, o mecanismo de ajuste pode ser obtido através da elevada produtividade do setor produtivo daquele país e que o permite continuar tendo espaço na economia mundial mesmo com uma moeda forte. Mas no caso das demais nações, onde a produtividade do trabalho é menor, a adesão a uma moeda mais forte (Euro) acabou atuando como uma camisa de força.

Como tal, diante de uma crise no Balanço de Pagamentos (situação na qual os países não têm condições de honrar seus compromissos financeiros por falta de divisas), na falta de mecanismos de ajuste (câmbio, juros, ou aumento do endividamento do Poder público), cada um daqueles países se vê diante do risco de um calote perante seus credores. Considerando que a dívida interna de cada um destes países da Comunidade Européia cresceu consideravelmente durante a crise posterior a 2008, um eventual calote traria um risco de uma crise generalizada para a zona do Euro e para o conjunto da economia mundial. Neste sentido, vale lembrar que, com a globalização financeira, eventos que ocorrem dentro de cada país possuem grande potencial de se alastrar por todo o sistema.

Este foi o cenário que se passou recentemente na Grécia e que veio se alastrando para Portugal, Espanha, Itália, Irlanda e mesmo a Grã-Bretanha, país este economicamente mais forte, que não faz parte da zona do Euro, mas que participa da Comunidade Européia, portanto, absorvendo a crise de diversas formas. Em todas estas nações, as decisões econômicas recentes caminharam no sentido de um forte ajuste fiscal (redução dos gastos públicos para reduzir o déficit), através do corte de salários do funcionalismo e das aposentadorias, bem como reduções nos gastos sociais.

Assim, o ambiente econômico se desdobrou para o ambiente social e político, com a emergência de fortes demonstrações populares de descontentamento, especialmente na Grécia e nos países Ibéricos. Por outro lado, este cenário abre espaço para o avanço de manifestações racistas por toda Europa, sendo os imigrantes e minorias étnico-raciais alvos fáceis para as frustrações coletivas, quadro que fica ainda mais presente diante de um óbvio enfraquecimento das agremiações políticas mais à esquerda (e que supostamente tenderiam a ser mais refratárias a este tipo de prática) em todo o continente europeu.

Por enquanto, este cenário de crise não vem respigando no Brasil, protegido por reservas internacionais de cerca de US\$ 249,7 bilhões, segundo o Banco Central do Brasil (<http://www4.bcb.gov.br/?RP20100520>). De qualquer maneira, diante da presente crise, o quadro futuro para o país não se apresenta assim tão tranquilo.

O Brasil, ao longo dos últimos meses, vem apresentando sucessivos déficits na Balança de Transações Correntes. Por saldo de Transações Correntes se entende o saldo na quantidade de divisas que o país obtém e envia para o exterior através das exportações e importações (Balança Comercial) e da Conta de Serviços (remessa de lucros e dividendos ao exterior, gastos de estrangeiros no país e de residentes no Brasil fora do país, transferências unilaterais de rendimentos).

Diante de um contexto de crise econômica mundial, o saldo da Balança Comercial se reduziu (em alguns meses ficando mesmo deficitária); ao passo que as remessas de lucros e dividendos das matrizes das empresas estrangeiras instaladas no país aumentaram, para compensar as perdas daquelas firmas financeiras em seus locais de origem. A moeda valorizada também contribui para o déficit na conta de serviços, pois ocorre o aumento do fluxo de turistas brasileiros com viagens ao exterior. Assim, entre janeiro e abril, o saldo de transações correntes do Brasil já somava um déficit de US\$ 16,7 bilhões.

Por outro lado, este déficit vem sendo compensado pelo saldo da Balança de Capitais, gerado pela diferença entre a entrada e saída de divisas através dos investimentos diretos (produtivos e especulativos) e empréstimos financeiros do país tomados no exterior. Assim, o país segue atraindo investimentos estrangeiros, tanto para a ampliação da capacidade produtiva, quanto em seu lado puramente monetário (investi-

mentos na compra de títulos da dívida do governo, de ações e ativos financeiros), neste último caso atraídos pela elevada taxa de juros praticada no país.

Contudo, este cenário costuma ser a antessala de problemas financeiros, posto abrir espaço para movimentos especulativos contra a moeda brasileira, tal como ocorreu nas crises econômicas dos anos 1990 e na primeira metade da presente década. Nestes casos, os investidores passam a acreditar que o país não terá como honrar seus compromissos futuros, que a moeda nacional irá se desvalorizar e, portanto, iniciam um processo de fuga em massa de seus investimentos, fazendo assim com que uma determinada nação se veja sem condições de honrar seus compromissos financeiros perante os demais países.

Considerando que um eventual cenário de crise tenderá a tomar os grupos socialmente mais vulneráveis como suas principais vítimas - e dentre outros, justamente os afrodescendentes, o atual panorama da economia mundial acarreta motivos de sérias preocupações também aqui no Brasil.

3. Rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela 1)

No mês de março de 2010, o rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA residente nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) foi de R\$ 1.413,37. Em termos reais, este foi o maior valor verificado para este indicador no primeiro trimestre de 2010 – superior ao mês de janeiro, em 1,5%; e, ao mês de fevereiro, em 0,4%. Na comparação com o mês de março do ano anterior, o crescimento foi de 1,5%.

No mês de março de 2010, o rendimento habitual médio dos trabalhadores brancos foi de R\$ 1.810,74 e dos trabalhadores pretos & pardos foi de R\$ 936,61. Na PEA metropolitana branca, este rendimento foi de R\$ 2.088,98 para os homens e de R\$ 1.483,31 para as mulheres. Entre os trabalhadores pretos & pardos, aquele mesmo indicador foi de R\$ 1.062,89 para os homens e de R\$ 775,55 para as mulheres.

Em março de 2010, a diferença nos rendimentos auferidos por brancos, em relação aos pretos & pardos, foi de 93,3% favorável aos brancos. Esta diferença foi inferior ao observado no mês de janeiro (93,5%), mas

Tabela1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, mar/09–mar/10,(em R\$-mar/10, INPC)

	2009											2010		
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
Homens Brancos	2.053,88	2.042,46	1.984,49	1.999,36	2.013,05	2.025,54	2.035,13	2.036,74	2.047,44	2.017,23	2.055,34	2.089,26	2.088,98	
Mulheres Brancas	1.439,77	1.438,07	1.429,85	1.415,89	1.410,51	1.424,42	1.425,72	1.428,59	1.448,54	1.440,54	1.457,32	1.472,01	1.483,31	
Brancos	1.775,87	1.768,87	1.732,10	1.730,17	1.736,31	1.747,08	1.754,12	1.756,56	1.770,46	1.750,61	1.780,74	1.805,78	1.810,74	
Homens Pretos & Pardos	1.019,87	1.009,15	1.026,52	1.002,24	1.009,71	1.022,59	1.031,92	1.052,28	1.039,20	1.042,99	1.039,47	1.062,42	1.062,89	
Mulheres Pretas & Pardas	755,04	737,68	733,95	737,65	761,74	764,89	777,47	757,09	752,39	760,55	770,67	776,10	775,55	
Pretos & Pardos	905,65	891,98	900,09	887,83	901,23	909,87	919,90	922,21	912,42	917,34	920,42	936,25	936,61	
PEA Total	1.393,04	1.382,96	1.368,04	1.363,39	1.370,58	1.383,60	1.391,70	1.391,49	1.390,32	1.377,78	1.392,29	1.408,36	1.413,37	

Nota:PEA total inclui amarelos, indígenas e corígrada

Fonte:IBGE,microdados PME.Tabulação LAESER(bancodedadosTempoemCurso)

superior ao quadro vigente, em fevereiro (92,9%). Em relação ao mês de março do ano anterior, quando as assimetrias foram de 96,1%; ocorreu uma redução de 2,8 pontos percentuais nas desigualdades de cor ou raça em termos do rendimento do trabalho.

Decompondo também por grupos de sexo, em março de 2010, a assimetria no rendimento habitual médio de homens brancos, em comparação aos homens pretos & pardos, foi de 96,5% favorável aos brancos. No grupo feminino, as desigualdades foram de 91,3%; favorável às brancas.

Na comparação com o quadro vigente no mesmo período do ano anterior, verifica-se que no grupo masculino ocorreu uma redução das assimetrias de cor ou raça, em 4,8 pontos percentuais. Já no grupo feminino, ocorreu um aumento das assimetrias, em 0,6 pontos percentuais. Em relação aos dois primeiros meses de 2010, ocorreu também uma redução das assimetrias de cor ou raça entre os homens: 1,2 pontos percentuais em relação a janeiro, e 0,1 ponto percentual em relação a fevereiro. Entre as mulheres, curiosamente, ocorreu o oposto, um aumento de 2,2 pontos percentuais em relação a janeiro, e de 1,6 ponto percentual em relação a fevereiro.

No mês de março de 2010, o rendimento habitual médio dos homens brancos foi 169,4% superior ao das mulheres pretas & pardas. Quanto aos trabalhadores homens pretos & pardos e as trabalhadoras brancas, verificou-se que a remuneração habitual deste último contingente foi 39,6% superior ao dos homens pretos & pardos.

4. Evolução da taxa de desemprego (tabela 2)

A taxa de desemprego nas seis maiores RMs brasileiras, que vinha de uma redução desde o início de setembro de 2009, voltou a crescer no primeiro mês de 2010 e permaneceu em elevação em fevereiro e em março de 2010. Assim, neste último mês, a taxa de desemprego alcançou 7,6%. Todavia, esta última taxa foi 1,4 ponto percentual inferior à verificada no mês de março do ano anterior.

Em março de 2010, a taxa de desemprego da PEA metropolitana branca foi de 6,5%; enquanto a da PEA metropolitana preta & parda foi de 8,9%. Em relação ao mês de março de 2009, ocorreu uma queda de 1,7 pontos percentuais para a PEA branca e de 1,2 pontos percentuais para a PEA preta & parda. Na comparação entre os meses de março e fevereiro de 2010, ocorreu um ligeiro aumento na taxa de desemprego dos trabalhadores brancos, em 0,1 ponto percentual, e pretos & pardos em 0,4 ponto percentual.

A taxa de desemprego no grupo masculino foi de 5,1%, para os homens brancos, e de 6,7%, para os homens pretos & pardos. No grupo feminino, os índices foram mais altos: 8,0% para as mulheres brancas e 11,5% para as mulheres pretas & pardas. Assim, ao menos desde quando o Tempo em Curso começou a ser editado, jamais as taxas de desemprego das mulheres pretas & pardas, contrariamente aos demais grupos, deixaram de serem inferiores a 10%. Em termos proporcionais, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas em março de 2010 foi 128,3% superior à taxa dos homens bran-

Tabela 2. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 09 – mar / 10 (em % da PEA)

	2009												2010		
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar		
Homens Brancos	6,6	6,4	6,7	5,8	5,7	5,6	5,3	5,1	4,9	4,6	5,0	5,4	5,1		
Mulheres Brancas	10,0	9,7	9,3	8,1	7,8	8,3	7,9	7,7	7,6	7,0	7,5	7,5	8,0		
Brancos	8,2	7,9	7,9	6,9	6,7	6,9	6,5	6,3	6,2	5,7	6,2	6,4	6,5		
Homens Pretos & Pardos	8,1	8,3	8,0	7,9	7,7	7,7	7,5	7,0	6,7	6,4	6,8	6,6	6,7		
Mulheres Pretas & Pardas	12,6	12,6	12,6	12,0	11,9	11,9	11,2	11,4	11,2	10,2	10,5	10,8	11,5		
Pretos & Pardos	10,1	10,2	10,1	9,7	9,6	9,6	9,2	9,0	8,8	8,1	8,5	8,5	8,9		
PEA Total	9,0	8,9	8,8	8,1	8,0	8,1	7,7	7,5	7,4	6,8	7,2	7,4	7,6		

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

cos; 43,9% superior à das mulheres brancas e 72,4% superior à dos homens pretos & pardos.

Na comparação entre os meses de março de 2009 e março de 2010, todos os grupos de cor ou raça apresentaram taxas mais favoráveis. Assim, a taxa de desemprego declinou 1,6 ponto percentual entre os homens brancos; 1,9 ponto percentual, entre as mulheres brancas; 1,4 ponto percentual, entre os homens pretos & pardos e, 1,1 ponto percentual, entre as mulheres brancas.

Já na comparação entre o mês de março de 2010, com fevereiro do mesmo ano, o único grupo a apresentar uma melhora no indicador foi o dos homens brancos, com redução de 0,3 ponto percentual. No mesmo intervalo de tempo, a taxa de desemprego das mulheres brancas cresceu 0,6 ponto percentual; a dos homens pretos & pardos aumentou em 0,1 ponto percentual; e a das mulheres pretas & pardas aumentou 0,8 ponto percentual.

5. Composição do desemprego segundo tempo de duração (tabela 3)

Entre março de 2009 e março de 2010, o número total de desempregados da PEA nas seis maiores RMs brasileiras obteve um declínio significativo de 14,1%.

No mês de março de 2010, da parcela desempregada da PEA metropolitana, 24,7% procuravam ocupação há menos de um mês; 49,8% o faziam entre um e seis meses; 6,8% o faziam entre sete meses e um ano; 10,7% entre um e dois anos; e 7,9% há mais de dois anos.

Na PEA metropolitana branca, o número total de desempregados, entre março de 2009 e de 2010, obteve

uma expressiva redução de 21,5%. O percentual de desempregados deste grupo que procurava ocupação há menos de um mês foi de 22,6%; e entre os que buscavam há mais de dois anos, 7,1%.

Naquele mesmo período, a PEA metropolitana preta & parda desempregada, obteve uma redução de 7,4%, queda consideravelmente menor do que a verificada para a PEA metropolitana branca. Na PEA preta & parda desempregada, o percentual dos que procuravam ocupação há menos de trinta dias foi de 26,6%; e há mais de dois anos, 8,5%.

Examinando os quatro grupos de cor ou raça e sexo, nota-se que, entre março de 2009 e março de 2010, a redução percentual do número de desempregados não ocorreu de forma simétrica entre os grupos. Esta redução, para o grupo dos homens brancos, foi muito superior a dos outros grupos, sobretudo à redução verificada para as mulheres pretas & pardas. De tal modo, o contingente de cor ou raça branca do sexo masculino que se encontrava desempregado foi reduzido em 24,7%. No mesmo período, o indicador para pretos & pardos do sexo masculino reduziu em 14,3%. No contingente feminino, para as brancas, o número de desempregadas foi reduzido em 19,1%. Já na PEA metropolitana preta & parda do sexo feminino, o número de desempregadas foi reduzido em apenas 1,9%.

Em março de 2010, da PEA metropolitana branca do sexo masculino desempregada, 22,8% buscava emprego há menos um mês; 54,3%, entre um e seis meses; 8,1%, entre sete e onze meses; 8,7%, entre um a dois anos e 6,2% há mais de dois anos. Na PEA metropolitana preta & parda do sexo masculino que estava de-

Tabela 3. PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, mar / 09 e mar / 10 (em número de trabalhadores desempregados)

	30 dias	31 dias a 6 meses	7 a 11 meses	1 a 2 anos	2 anos ou mais	Total
Homens Brancos						
Mar 2009	112.315	247.736	32.567	30.060	19.385	442.063
Mar 2010	76.099	180.729	26.876	28.866	20.486	333.056
Mulheres Brancas						
Mar 2009	130.985	336.327	36.498	36.638	36.851	577.299
Mar 2010	104.679	244.292	34.466	47.315	36.339	467.091
Brancos						
Mar 2009	243.299	584.063	69.066	66.698	56.236	1.019.362
Mar 2010	180.778	425.021	61.342	76.181	56.825	800.147
Homens Pretos & Pardos						
Mar 2009	118.487	240.176	33.897	36.784	37.108	466.452
Mar 2010	106.900	203.302	24.614	39.255	25.726	399.797
Mulheres Pretas & Pardas						
Mar 2009	146.884	293.968	39.357	50.407	54.648	585.264
Mar 2010	152.623	256.772	36.037	71.711	57.208	574.351
Pretos & Pardos						
Mar 2009	265.371	534.145	73.254	87.192	91.756	1.051.718
Mar 2010	259.523	460.073	60.651	110.966	82.933	974.146
Homens Total						
Dez 2008	232.948	490.458	66.464	67.157	57.574	914.601
Dez 2009	183.735	388.327	51.490	70.269	47.088	740.909
Mulheres Total						
Mar 2009	280.682	631.545	75.855	87.858	91.787	1.167.727
Mar 2010	258.351	502.864	70.503	120.817	94.761	1.047.296
PEA Total						
Mar 2009	513.629	1.122.003	142.319	155.014	149.361	2.082.326
Mar 2010	442.086	891.190	121.993	191.085	141.849	1.788.203

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

sempragada, 26,7% procuravam ocupação há menos um mês; 50,9%, entre um e seis meses; 6,2%, entre sete e onze meses; 9,8%, entre um e dois anos; e 6,4% há mais de dois anos.

No contingente do sexo feminino, entre as brancas desempregadas, 22,4% procuravam emprego há menos de um mês; 52,3%, entre um e seis meses; 7,4%, entre sete e onze meses; 10,1%, entre um e dois anos; e 7,8% há mais de dois anos. Na PEA metropolitana preta & parda do sexo feminino que estava desempregada, a composição do tempo de busca por ocupação segundo o tempo de duração da procura foi de: 26,6% há menos de um mês; 44,7%, entre um e seis meses; 6,3%, entre sete e onze meses; 12,5%, entre um e dois anos; e 10,0% há mais de dois anos.

Observa-se, portanto, que as mulheres pretas & pardas possuem maiores percentuais nas faixas mais elevadas

de tempo de procura por ocupação (acima de um ano), evidenciando as maiores dificuldades que este grupo possui na busca por emprego.

A composição da população desempregada segundo o tempo de procura por ocupação também pode ser lida dentro de sua distribuição interna segundo os grupos de cor ou raça e sexo. Assim, para que os indicadores possam ser bem compreendidos, é necessário saber preliminarmente a composição de cor ou raça e sexo da PEA das seis maiores RMs brasileiras em março de 2010: brancos de ambos os sexos, 52,7%; pretos & pardos de ambos os sexos, 46,5%.

Vale frisar que a diferença do somatório dos grupos de cor ou raça e sexo em relação a 100% é decorrente da presença da população amarela, indígena e de cor ou raça ignorada na PEA, não comentada no "Tempo em Curso".

Da população desempregada como um todo, no mês de março de 2010, os brancos eram 44,8%; e os pretos & pardos, 54,5%. Assim, confrontando esses valores com aqueles da composição de cor ou raça da PEA metropolitana, nota-se que havia uma sobrerepresentação dos trabalhadores pretos & pardos na PEA metropolitana desempregada.

Fazendo a análise também por decomposição dos grupos de sexo, observa-se que os homens estavam relativamente presentes na PEA metropolitana como um todo (53,8%), em proporção maior à sua presença relativa na PEA metropolitana desempregada (41,4%). O peso relativo dos homens brancos na PEA metropolitana era de 28,0%; ao passo que no contingente desempregado metropolitano era de 18,6%. Já a presença relativa dos homens pardos na PEA metropolitana era de 25,4%; e sua presença relativa na PEA desempregada metropolitana era de 22,4%.

No grupo feminino, chama atenção a representação de mulheres pretas & pardas na PEA desempregada, frente a sua representação na PEA metropolitana como um todo. Assim, enquanto este contingente constituía 21,1% da PEA, no interior da PEA desempregada as trabalhadoras pretas & pardas respondiam por 32,1%; isto é, uma desproporção de 11 pontos percentuais.

No caso das mulheres brancas, o peso relativo na PEA metropolitana era de 24,7%. Já na PEA metropolitana desempregada as trabalhadoras brancas respondiam por 26,1%.

Decompondo a população desempregada por tempo de procura por emprego pelos grupos de cor ou raça e sexo, verifica-se que, em todas as faixas de tempo, o grupo de cor ou raça e sexo modal era o das mulheres pretas & pardas: procura por emprego até 30 dias, 34,5%; entre um e seis meses, 28,8%; de sete a onze meses, 29,5%; entre um e dois anos, 37,5%; dois anos ou mais, 40,3%. Diante desses valores, observa-se que, considerando apenas a PEA metropolitana desempregada a partir do tempo de procura superior a um mês, a presença relativa das mulheres pretas & pardas na população desempregada crescia proporcionalmente ao maior tempo de procura por ocupação.

6. Indicadores de subocupação (tabelas 4 e 5)

Na presente seção são comentados os indicadores de subocupação da PEA ocupada nas seis maiores RMs

brasileiras: subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e subocupação por insuficiência de remuneração. O primeiro indicador se refere à população que trabalhou menos de 40 horas em todos os trabalhos na semana de referência, porém estando disponível para assumir uma carga horária superior. O segundo indicador corresponde à população com rendimento/horário inferior ao Salário Mínimo/horário no mês de referência da pesquisa (cerca de R\$ 2,11).

De acordo com os indicadores contidos nas tabelas 4 e 5, da PEA ocupada nas seis maiores RMs brasileira, em março de 2010, 2,5% encontrava-se subocupada por insuficiência de jornada de trabalho, e 18,4% encontrava-se subocupada por insuficiência de remuneração. Assim, o número de trabalhadores subocupados, com valor da remuneração horária inferior ao Salário Mínimo, era mais de sete vezes superior ao número de trabalhadores subocupados por insuficiência de jornada de trabalho.

Em relação ao mês de março de 2009, ocorreram pequenas mudanças em ambos os indicadores. O índice de subocupados por insuficiência de jornada de trabalho de março de 2010 foi inferior em 0,5 ponto percentual. Já o indicador de subocupação por insuficiência de rendimento foi superior em 0,2 ponto percentual.

Tabela 4. Pessoas subocupadas trabalhando efetivamente menos de 40 horas, em todos os trabalhos, nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 09 e mar / 10 (em % sobre o número total de ocupados)

	Mar 2009	Mar 2010
Homens Brancos	1,7	1,6
Mulheres Brancas	3,6	2,8
Brancos	2,5	2,2
Homens Pretos & Pardos	2,3	2,0
Mulheres Pretas & Pardas	5,2	4,4
Pretos & Pardos	3,6	3,0
Homens Total	2,0	1,7
Mulheres Total	4,3	3,5
PEA Total	3,0	2,5

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Analizando o indicador de subocupação por insuficiência de jornada de trabalho pelos grupos de sexo, em março de 2010, observa-se que as trabalhadoras metropolitanas apresentaram um indicador de subocupação de 3,5%. Este valor era superior, em 1,8 ponto

percentual, ao apresentado pelos homens. Por outro lado, comparativamente a março de 2009, o recuo da taxa de subocupação por insuficiência de jornada de trabalho das mulheres (de 0,7 ponto percentual) foi maior do que a redução do indicador dos homens (de 0,2 ponto percentual).

Decompondo pelos grupos de cor ou raça, nota-se que, em março de 2010, 2,2% da PEA metropolitana branca e 3,0% da PEA metropolitana preta & parda ocupada se encontrava na condição de subocupação por insuficiência de jornada de trabalho. Comparativamente ao mês de março de 2009, ocorreram recuos desses valores relativos de 0,4 ponto percentual, entre os brancos; e de 0,5 ponto percentual, entre os pretos & pardos.

Em março de 2010, dos quatro grupos de cor ou raça e sexo em questão, as mulheres pretas & pardas ocupadas foram as que apresentaram o maior percentual na condição de subocupação por insuficiência de jornada de trabalho (4,4%). Os outros grupos apresentaram os seguintes percentuais: mulheres brancas, 2,8%; homens pretos & pardos, 2,0%; e homens brancos, 1,6%. Todos esses valores recuaram em relação ao mês de março de 2009, os maiores recuos foram para as mulheres: mulheres brancas (0,7 ponto percentual) e mulheres pretas e pardas (0,9 ponto percentual).

Tabela 5. Pessoas ocupadas sub-remuneradas em todos os trabalhos, nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 09 e mar / 10 (em % sobre o número total de ocupados)

	Mar 2009	Mar 2010
Homens Brancos	10,5	10,0
Mulheres Brancas	15,4	15,0
Brancos	12,8	12,3
Homens Pretos & Pardos	21,2	21,7
Mulheres Pretas & Pardas	30,1	30,5
Pretos & Pardos	25,1	25,6
Homens Total	15,4	15,5
Mulheres Total	21,8	22,0
PEA Total	18,2	18,4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER
(banco de dados Tempo em Curso)

Quanto ao indicador de subocupação por insuficiência de remuneração nas seis maiores RMs brasileiras, em março de 2010, verifica-se que 15,5% da PEA metropolita-

na masculina e 22,0% da PEA metropolitana feminina se encontravam nessa condição. Comparativamente ao mês de março de 2009, ocorreram ligeiros aumentos neste indicador, tanto entre os homens (em 0,1 ponto percentual), como entre as mulheres (em 0,2 ponto percentual).

No mês de março de 2010, 12,3% da PEA metropolitana branca ocupada se encontrava subocupada por insuficiência de remuneração. Este indicador, na PEA metropolitana preta & parda alcançava 25,6%, ou seja, em termos proporcionais, mais que o dobro.

Analisando o mesmo indicador acima desagregado pelos grupos de cor ou raça e sexo, o peso da subocupação por insuficiência de remuneração sobre o total de ocupados era de: homens brancos, 10,0%; mulheres brancas, 15,0%; homens pretos & pardos, 21,7%; mulheres pretas & pardas, 30,5%.

Na comparação entre os meses de março de 2009 e de 2010, verifica-se que a proporção de trabalhadores metropolitanos subocupados por insuficiência de remuneração declinou 0,4 ponto percentual, entre os brancos, e aumentou 0,6 ponto percentual, entre os pretos & pardos. Entre os homens brancos, o mesmo indicador recuou 0,5 ponto percentual, e entre as mulheres brancas, também recuou em 0,4 ponto percentual. Já no contingente preto & pardo, nos dois grupos de sexo ocorreram aumentos no peso da subocupação por insuficiência de remuneração: homens, em 0,6 ponto percentual; e mulheres, em 0,4 ponto percentual.

Diante dos indicadores analisados ao longo desta edição e conforme concluído na edição do "Tempo em Curso" de fevereiro de 2010 sobre o mesmo tema, nota-se que as desigualdades de cor ou raça estão presentes nos diversos aspectos do mercado de trabalho – nas remunerações habituais médias do trabalho, nas taxas de desemprego, na busca por emprego – e nas diversas condições de subocupação.

Dos grupos em análise, os homens brancos apresentaram os índices mais favoráveis, em contraste ao grupo das mulheres pretas & pardas, as quais apresentaram os índices menos favoráveis. Estas mulheres encontram maiores dificuldades para encontrar emprego e, quando empregadas, se inserem em ocupações mais precárias e instáveis, o que, por conseguinte, lhes confere rendimentos proporcionalmente mais baixos.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão e Barbara Castilho

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Bianca Ângelo Andrade
(PBICT – CNPq)

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião
Fabiana Montovanele de Melo
Irene Rossetto Giaccherino
Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azolida Loretto
Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Bianca Ângelo Andrade (PBICT – CNPq)
Elisa Alonso Monçores (PBICT – CNPq)
Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UNIAFRO)

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford

